

Economia Brasil

Governo justifica a política econômica

econômica

ESTADO DE SÃO PAULO

15 MAR 1985

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Para reintegrar o País nos mecanismos normais de captação de recursos externos há dois obstáculos a superar: a pressão de demanda por divisas, decorrente dos compromissos de amortização da dívida nos próximos anos, e a expectativa de que o País venha a necessitar de empréstimos a curto prazo, por causa da conta de juros elevada e das dívidas quanto à efetiva capacidade de ajuste estrutural da economia no nível desejado.

O diagnóstico consta de um documento divulgado, ontem, pelo Ipea — Instituto de Planejamento Econômico e Social — ligado à Seplan, intitulado "A política econômica do governo Figueiredo", contendo uma análise pormenorizada do esforço feito entre 1979 e 1985 para reduzir a dependência de suprimento externo de petróleo e superar o estrangulamento das contas externas.

O documento menciona os fatos, em ordem cronológica, ocorridos nos últimos seis anos, dando ênfase à explosão da crise financeira mundial em setembro de 1982, seus desdobramentos e a forma como o Brasil atuou para livrar-se dela, justificando as opções adotadas pelo governo Figueiredo, as quais, segundo o documento, demonstraram serem a mais corretas, pois resolveram os dois pontos de estrangulamento e prepararam o País para a retomada do crescimento em bases estáveis.

NEGOCIAÇÃO

Revela o documento que, "com base nesses obstáculos, havia defensores do sistema de negociação anual, pela vantagem de trazer países como o Bra-

sil com a rédea curta no tocante à condução das políticas econômicas internas e suas consequências para a demanda de recursos externos. No outro extremo estavam os críticos internos, alegando que o governo sempre pleiteava menos dinheiro novo do que devia".

Diz ainda o documento que "certas pessoas têm insistido em que algum mecanismo automático de capitalização dos juros seja estabelecido, solução que não encontrou receptividade junto aos bancos americanos, tendo em vista dificuldades com a legislação bancária daquele país, entre outros motivos".

Depois de salientar que a fase III se apóia nos princípios de renegociação plurianual da dívida, redução de *Spreads* e demanda futura por *New Money*, o documento do Ipea menciona que, para o futuro — 1985, inclusive — o aporte de dinheiro novo deve subordinar-se ao objetivo maior de retomada do crescimento econômico, dando continuidade ao processo iniciado no ano passado. Para o Ipea, "a função econômica a preencher é, portanto, a de recuperar o quanto antes os níveis de renda per capita que foram perdidos desde 1981".

Adverte, no entanto, que esse objetivo não deve ser obtido a qualquer custo. "Antes de tudo, os bancos têm de concordar em concedê-los. Para isso, quanto menor as demandas e quanto mais rápida a reincorporação nos mercados voluntários, o que depende basicamente dos próximos superávits comerciais, mais aceitáveis se tornarão nossas propostas", diz o documento.

Em segundo lugar, acrescenta o documento, "como a dívida externa está muito elevada, é desejável obter um crescimento real moderado dessa variável, não devendo este, talvez, exceder o crescimento do PIB. Com isso, os indi-

cadores de desempenho tradicionais atingirão níveis mais adequados e a dívida se mantém administrável".

O documento do Ipea, que vale como uma espécie de aconselhamento do governo que sai ao governo que entra, adverte que no contexto de recursos externos limitados, "o País só conseguirá obter resultados expressivos em futuro próximo, na recuperação do terreno perdido, se já for suficientemente elevado o grau de realização da transformação estrutural que o governo Figueiredo estabeleceu como meta final".

PERSPECTIVAS

O relatório do Ipea inclui, em sua parte final, previsão do cenário internacional 1985-90, com indicações de um crescimento real de 1% nos preços do petróleo, taxas de juros estáveis ao nível de 9% e inflação mundial de 5,5%.

Há, também, um quadro de simulações da dívida líquida ao final de 1990, que vai de US\$ 103,4 bilhões a 110,1, em função das diversas alterações nos parâmetros estabelecidos. Para o Ipea, dado o grau de ajuste estrutural realizado, a viabilidade da retomada do crescimento num contexto de recursos externos limitados depende não apenas do comportamento das variáveis externas relevantes como, fundamentalmente, do grau de controle que se mantiver sobre as pressões inflacionárias internas, que decorrem naturalmente do esforço de ajustamento.

Salienta o documento do Ipea a íntima relação do comportamento interno da economia com os resultados do cenário externo, advertindo para a necessidade de se criar "margens de segurança, para fazer face a uma deterioração inesperada das condições externas", pois se houver uma repetição da crise de 1980-83, "não haverá outra saída além da recessão prolongada".